

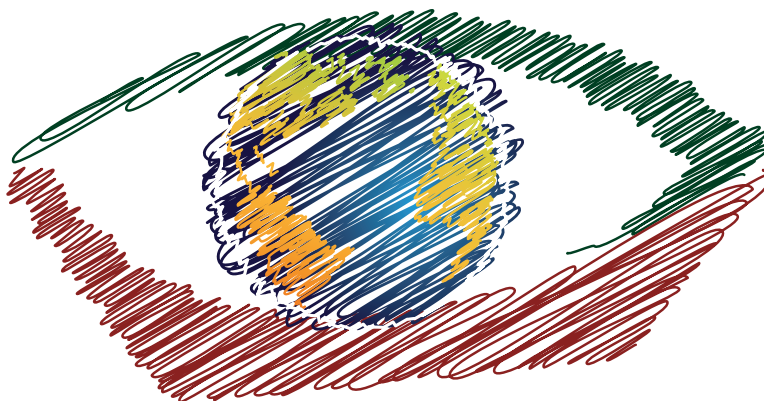
OBSERVARE 1st International Conference

16 - 17 - 18 November, 2011

I Congresso Internacional do OBSERVARE

16 - 17 - 18 Novembro, 2011

INTERNATIONAL TRENDS and Portugal's Position



AS TENDÊNCIAS INTERNACIONAIS e a posição de Portugal

Actas

Universidade Autónoma de Lisboa | Fundação Calouste Gulbenkian

<http://observare.ual.pt/conference>

Pirataria no Oceano Índico: velha ameaça, novas tendências e futuro em perspectiva

Pedro Barata

Instituto de Estudos Superiores Militares

João Piedade

Instituto de Estudos Superiores Militares

Palavras chave: Somália, Pirataria, Ameaça, *Regional Maritime Capability Building*, *Value Chain*

O ano de 1991 assinala o fim do regime do Presidente Siad Barre na Somália, e, a partir deste momento, o país enveredou por uma guerra civil sem fim à vista. Se olharmos para trás, vemos um país em conflito nos últimos 20 anos, levando ao fracasso do que é vulgarmente denominado Estado de Vestefália, uma entidade capaz de assegurar a protecção dos seus cidadãos, ocupando um território com fronteiras bem demarcadas e que mantém a sua integridade. Hoje, a Somália é um Estado falhado, incapaz de controlar as suas fronteiras terrestres e marítimas, governado por um Governo Federal de Transição criado sob a pressão da comunidade internacional e que conduz os destinos do seu país a partir da sua sede no Quénia, e que se debate todos os dias com vários problemas internos, onde se inclui a fragilizada situação socioeconómica – cerca de um milhão e meio de deslocados, fome e seca, que pode ser testemunhado pelos dois milhões de somalis alimentados pela ajuda humanitária que chegam continuamente ao país.

Actualmente, com centenas de marinheiros mantidos em cativeiro e dezenas de navios detidos por piratas, o Oceano Pacífico tornou-se um campo de batalha onde as pessoas que o atravessam vivem com medo. Numa área com a dimensão de um continente europeu e meio, diversas forças, representadas por organizações internacionais (União Europeia, NATO) ou coligações multinacionais, lutam contra esta praga de longa duração que insiste em perdurar no tempo e que tem impacto a nível global, regional e local.

Pedro Barata – Capitão-Tenente na Marinha portuguesa. Especializou-se em Hidrografia na Escola de Hidrografia e Oceanografia do Instituto Hidrográfico. Licenciado em Ciências Militares e pós-graduado em Relações Internacionais e Sistemas de informação geográfica. Mestrando em Relações Internacionais. Participou em missões internacionais tais como a *United Nations Interim for Lebanon* – UNIFIL e recentemente na operação ATALANTA, *European Union Naval Force Somalia – Counter-Piracy Operation*. Actualmente trabalha na Superintendência dos Recursos Humanos da Marinha como auditor e coordenador do Sistema de Gestão de Recursos Humanos da Marinha.

João Piedade – Capitão-Tenente na Marinha portuguesa. Licenciado em Ciências Militares. Especializou-se em guerra antisubmarina em 2004 na Escola de Operações da Marinha. Participou na missão de evacuação de cidadãos europeus da Guiné-Bissau e mais recentemente na operação ATALANTA, *European Union Naval Force Somalia – Counter-Piracy Operation*. Liderou o *Anti-Submarine Warfare Development and Tactics Section* no Centro Naval Tático, e o *Portuguese Subject Matter Expert for Anti-Submarine Warfare* no âmbito da NATO. Actualmente é Chefe do Departamento de Operações da Fragata Vasco da Gama.

Piracy in the Indian Ocean

Old threat, new trends and future in perspective

Pedro Gabriel da Silva Barata¹
João Carlos Lourenço Da Piedade^{2*}

Abstract

The year of 1991 marks the end of the regime of President Siad Barre in Somalia; from this moment onwards the country was embraced in a civil war that tends to last in time. If we look behind we can see a country in conflict for the last 20 years, leading to the failure of what is known as the Westphalia State, an entity capable of granting protection to its citizens, in a territory with well known borders and keeping its integrity. Today, Somalia is a failed state, unable to control the land and sea borders, ruled by a Transitional Federal Government, created under pressure of the international community, and leading the destiny of the country from its headquarters in Kenya, struggling every day with several internal problems, amongst them the fragile social-economic situation – around one and a half million displaced, hunger and drought, that can be testified by the two million Somalis fed by the humanitarian aid arriving continuously in the country.

Today, with hundreds of seafarers kept in captivity, and dozens of ships held by the pirates, the Indian Ocean as became a battlefield where the people who cross it live in fear. In an area with the dimension of one and a half the European continent, several forces, represented by international organizations - European Union, NATO, or multinational coalitions, fight this long lasting plague that insists to last in time, with global, regional and local impact.

Resumo

O ano de 1991 marca o fim do regime do Presidente Siad Barre na Somália, momento a partir do qual o país mergulhou numa guerra civil que tende a perdurar no tempo. Para trás ficaram vinte anos de conflito, que conduziram à falência do Estado de Westfália, como entidade capaz de garantir a protecção dos seus cidadãos, num território de fronteiras bem delineadas, e mantendo a sua integridade. Hoje a Somália é um Estado falhado, incapaz de controlar as suas fronteiras, governado por um Governo Federal de Transição entretanto criado por pressão da comunidade internacional e que, a partir do Quénia lidera os destinos do país, lutando diariamente contra diversos problemas internos, dos quais se destacam a débil situação económico-social - com cerca de um milhão e meio de desalojados, e a fome, de que são testemunhas os dois milhões de pessoas alimentados por força da ajuda humanitária que continuamente chega ao território.

Hoje, com centenas de tripulantes em cativeiro, e dezenas de navios apresados, a região do Índico está transformada num campo de batalha onde se vivem momentos de terror.

Numa área com a dimensão equivalente a uma vez e meia a do continente europeu, diversas forças, representadas por organizações - União Europeia, NATO, ou coligações internacionais, tentam garantir a livre circulação de bens e a chegada de ajuda humanitária, combatendo um flagelo que teima em perdurar, com impacto global, regional e local.

¹ Lieutenant Commander, Portuguese Navy, Public Affairs Officer of the European Naval Force deployed in Somalia. E-mail: silva.barata@marinha.pt

² Lieutenant Commander, Portuguese Navy, Operations Officer of the Portuguese frigate Vasco da Gama, integrated in the European Naval Force. E-mail: lourenco.piedade@marinha.pt

1. Introdução

No início da década dos anos noventa, numa altura em que por força da implosão da União Soviética a ordem mundial se alterava, o mundo assistiu ao degradar da situação política no Corno de África, mais concretamente na Somália. Corria então o ano de 1991, assiste-se à queda do regime do Presidente Siad Barre, e a tentativa dos diversos clãs e sub clãs em ocupar o vazio de poder fez desencadear uma guerra civil que teima em perdurar no tempo e que se estende até aos nossos dias.

Este *continuum* da guerra, aliado à seca conduziu a uma grave situação humanitária, fato que fez com que em Dezembro de 1992 o Conselho de Segurança das Nações Unidas, com o apoio dos Estados Unidos da América (EUA), através de uma força multinacional dessem início a uma operação de cariz humanitário e de restauração da paz, a *United Nations International Task Force – UNITAF*³. Inicialmente recebidos de braços abertos pela população Somali, rapidamente se viram envolvidos nas guerras entre os diversos clãs, e em Outubro de 1993, as imagens dos corpos de soldados americanos a serem arrastados pelas ruas de Mogadíscio como que de troféus de guerra se tratassem fez com que os EUA retirassem da Somália. Por sua vez, numa derradeira tentativa em restaurar um governo, a ONU manteve-se na Somália até 28 de Março de 1995, altura em que, por força dos diversos ataques a que as suas tropas foram sujeitas, o Conselho de Segurança das Nações Unidas decide retirar da Somália.

Durante os anos noventa o conflito prosseguiu entre os diversos senhores da guerra, altura em que, muito embora ainda sem um governo capaz de o fazer, uma aparente acalmia fazia prever algum desenvolvimento.

Por esta altura, como forma de cortar com o conflito com os clãs do sul assinala-se a proclamação unilateral de autonomia da Somalilândia e de Puntlândia, ambas no norte da Somália.

Após os ataques do 11/9 em 2001, a Somália volta a estar na agenda internacional, como potencial santuário de grupos terroristas. Em Janeiro de 2004, no Quênia, diversos senhores da guerra chegam a um acordo para a criação de um Governo Federal de Transição (GFT), que por força da inexistência de condições de segurança em território Somali, governa os destinos do país à distância. Em Dezembro do mesmo ano, um Tsunami na Indonésia faz-se sentir na costa Somali trazendo a destruição a cidades, aldeias e a diversas embarcações de pesca, agravando a já desesperante situação humanitária. O resultado são centenas de mortos e dezenas de milhar de desalojados.

Mais tarde, já em Fevereiro de 2006, as condições de segurança permitem que o GFT se reúna pela primeira vez em Baidoa, na Somália, e os principais portos e aeroportos sejam reabertos. No entanto, em Junho desse ano, o GFT só controla parte de Mogadíscio e como consequência, em Dezembro o Conselho de Segurança das Nações Unidas vota favoravelmente a criação de uma força de manutenção da paz com cerca de 8000 homens provenientes do Uganda, do Quênia e da Etiópia⁴.

Os períodos de seca que, ano após ano assolaram a Somália e a incapacidade em controlar as suas águas territoriais conduziram a uma pesca desenfreada por parte de armadores provenientes de outras partes do globo, levando à escassez de recursos piscícolas. A resposta não se fez esperar. A comunidade piscatória reagiu, desesperada e com muito pouco a perder, organizou-se em pequenos grupos, munuiu-se de frágeis embarcações e armamento ligeiro e avançou mar a dentro, até distâncias na ordem das cem milhas náuticas, tomando de assalto navios, fazendo reféns as suas tripulações em troca de um punhado de dólares. Estávamos no ano de 2006 e renascia o fenómeno da pirataria e

³ A 3 de Dezembro de 1992, o Conselho de Segurança das Nações Unidas adotou por unanimidade a Resolução 794. Os EUA responderam afirmativamente a esta resolução e no dia 4 de Dezembro o Presidente George Bush lança a Operação *Restore Hope*, assumindo o comando unificado das operações. <http://www.un.org/Depts/DPKO/Missions/unosomi.htm> Consultado em 27 de Novembro de 2011.

⁴ Em 19 de Janeiro de 2007 é criada sob a égide das Nações Unidas a missão da União Africana, *African Union Mission in Somalia* (AMISOM) http://www.africa-union.org/root/au/auc/departments/psc/amisom/AMISOM_Background.htm

assalto à mão armada como crime organizado nos mares do Índico, constituindo quer uma ameaça para o comércio marítimo, quer para a segurança marítima.⁵

Para trás ficaram vinte anos de conflito que conduziram à falência das estruturas do Estado de Vestefália. Hoje a Somália é um Estado falhado, incapaz de controlar as suas fronteiras, governado por um governo de transição entretanto criado por pressão da comunidade internacional e, que, lidera os destinos do país lutando diariamente contra diversos problemas internos, dos quais se destacam: a débil situação económico-social - com cerca de um milhão e meio de desalojados, e a fome, de que são testemunhas os dois milhões de pessoas alimentados por força da ajuda humanitária que continuamente chega ao território.

⁵ Segundo Anna Bowden et al, os custos da pirataria para a economia mundial estarão situados entre os 7 e os 12 mil milhões de dólares , in “*The Economic Cost of Maritime Piracy*”
<http://oneearthfuture.org/images/imagefiles/The%20Economic%20Cost%20of%20Piracy%20Full%20Report.pdf>.

2. O fenómeno da pirataria

a. Contextualização e antecedentes

A Somália ocupa uma área de 637,657 quilómetros quadrados⁶, situa-se na África Oriental, geograficamente limitada a Norte da península arábica pelo Golfo de Aden, e a Oeste pelo Djibuti, a Etiópia e o Quênia. Esta posição estratégica no Corno de África, ao longo das rotas de aproximação do Estreito de Bab el Mandeb e do Mar Vermelho e Canal do Suez por onde anualmente navegam cerca de vinte e cinco mil navios, e os seus três mil quilómetros de litoral levou a que desenvolvesse desde sempre relações comerciais e culturais com os estados vizinhos.

Embora exista uma certa homogeneidade étnica – cerca de 85 % dos seus dez milhões de habitantes⁷ são Somali e os restantes 15% Bantu, e religiosa, maioritariamente Sunita, a sociedade encontra-se organizada numa estrutura de clãs, onde podem ser identificados seis clãs: Darod, Hawiye, Issaq, Dir, Digil e Rahawayn⁸ com uma distribuição urbana de cerca de 37%⁹.

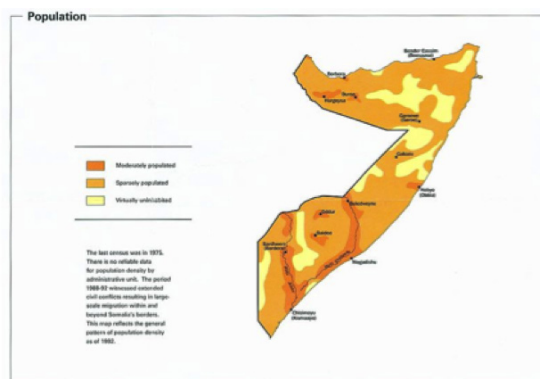


Figura 1 – Distribuição demográfica
(Fonte:Wikipedia))



Figura 2 – Distribuição por clãs
(Fonte: African holocaust.net)

Por força da forte presença colonial no território Somali – franceses, ingleses, italianos, quenianos e etíopes, o povo somali foi-se dispersando e a constituição de um Estado Somali foi sendo sucessivamente adiada. Somente em 1960 é que, por força da unificação dos territórios sob tutela inglesa – a norte e italiana – a sul, a República da Somália foi constituída.

Os anos seguintes foram conflituosos e em 1969, através de um golpe de estado Mohammed Siad Barre assume o poder e instala-se uma ditadura que ano após ano beneficia o clã Darod - do qual Barre faz parte, em detrimento dos restantes.

Como resposta ao regime de Barre, surgem então uma série de movimentos de oposição com origem nos diversos clãs fazendo com que o regime perdesse o controlo sobre grande parte do seu território, ao mesmo tempo que os apoios financeiros provenientes das ajudas externas começaram a diminuir.

⁶CIA - *The World Factbook*.

<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/so.html>. Consultado em 29 de Setembro de 2011.

⁷ Estimados em 2011. O número de deslocados por força da Guerra e da fome dificulta um censo rigoroso da população Somali. (*idem*)

⁸ Patrícia Ferreira in “Conflitos em África Guerras do Esquecimento: Causas e Natureza dos Conflitos na África Subsahariana “

⁹ CIA - *World Fact Book*, 2011.

Torna-se nesta altura cada vez mais claro que a existência de um Estado constituía uma miragem, agravada com o colapso da queda do regime de Siad Barre no início da década dos anos noventa e que acabou por trazer a Somália para a cena internacional. Assim sendo, os grandes senhores da guerra lutam pelo território na tentativa de ocupar o vazio de poder, não existe um governo central nem poder judicial ou legislativo instituído capaz de se constituir como alicerces do Estado.

Como consequência da falência do Estado, a década de noventa traz para as águas da Somália a busca desenfreada pelos recursos piscícolas ali presentes por parte de frotas pesqueiras provenientes de diversas áreas do globo¹⁰. Como resposta, alguns pescadores Somali, em especial no norte do território tornaram-se vigilantes das suas águas, confrontando-os e exigindo o pagamento de uma taxa (New York Times, 2011)¹¹. Daí para frente, identificada que estava a fonte de rendimentos, foi vê-los trocar as redes de pesca pelas armas e começar a atacar diversos tipos de navios, e os números falam por si. Na figura 3 pode observar-se a tendência crescente desde o ano de 2006 entre número de ataques e as quantias envolvidas nos resgates, altura em que o fenómeno começa a ser mais evidente¹².

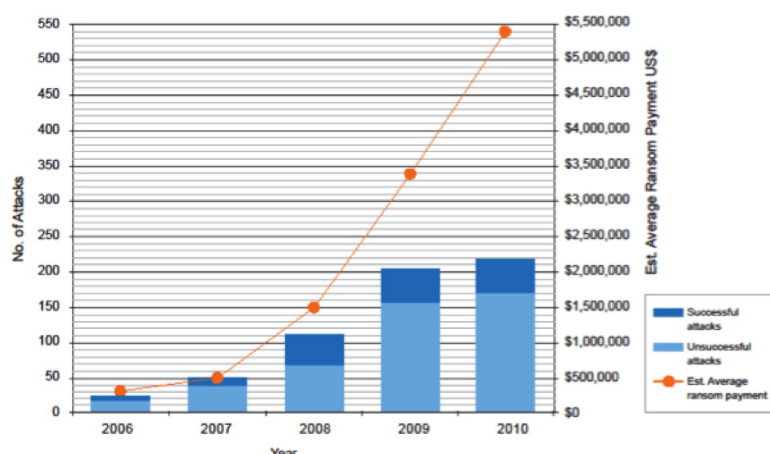


Figura 3 – Ataques piratas versus pagamento de resgates
(Fonte: *International Maritime Bureau*)

b. Caracterização e análise

O fenómeno de pirataria no final de 2006, início de 2007, tinha o seguinte *modus operandi*: localizava-se fundamentalmente em torno da capital, Mogadíscio, com os diversos grupos – constituídos por 6 a 10 elementos¹³, utilizando pequenas embarcações com poderosos motores fora de borda – as *skiffs* que lhes permitiam lançar os seus ataques a partir das praias, actuando a curtas distâncias da linha de costa, tipicamente até cerca das cem milhas náuticas¹⁴. Procuram navios de baixa velocidade – inferior a 13 nós, com uma borda pequena, e quaisquer 15 a 30 minutos são o suficiente para abordar e apoderarem-se do navio.

¹⁰ *Unauthorized fishing may have resulted in the loss of nearly 30% of the annual catch. The United Kingdom Department for International Development (DFID) has estimated that Somalis lost US\$100 million to illegal tuna and shrimp fishing in 2003–2004, at a time when the country's GDP was perhaps US\$5 billion.* (Maritime Piracy. United Nations Office on Drugs and Crime. June 2010).

www.unodc.org/documents/.../TOCTA_Report_2010_low_res.pdf

¹¹ Piracy at Sea.

http://topics.nytimes.com/top/reference/timestopics/subjects/p/piracy_at_sea/index.html

¹² *Trends in Piracy: A Global Problem with Somalia at the Core* (Middleton, R., 2011). http://counterpiracy.ae/background_papers.html

¹³ Sem perspectivas de vida, capazes de colocar a sua vida em risco em troca dos dólares que poderão obter no final da operação, são muitas vezes jovens recrutados nos diversos campos de refugiados.

¹⁴ 1 milha náutica equivale a 1852 metros.

Como se a falência de um Estado Somali não fosse o suficiente, bem como o hábito da guerra e o desespero por uma vida melhor, é sobretudo, a consciência do dinheiro envolvido no pagamento de resgates avultados e a impunidade dos sistemas judiciais que motiva esta gente.¹⁵

A partir do final de 2007, e até à data, assiste-se a uma mudança no *modus operandi* dos piratas. A utilização de navios pirateados como plataformas de lançamento dos seus ataques, capazes de transportar diversos *skiffs* e armamento¹⁶, deu-lhes a capacidade de aumentar o seu campo de actuação para lá de Mogadíscio e do sul da Somália, penetrando no Golfo de Aden¹⁷, pelo Mar Arábico e ao longo de toda a costa Somali, a distâncias que podem alcançar as 1500 milhas náuticas, capazes de permanecer por longos períodos no mar, e de actuar ao longo de todo o ano, independentemente do período das monções. Importa de igual forma trazer à liça que a forma como estes grupos organizados são capazes de detetar os navios indicia um elevado grau de organização capaz de aceder aos movimentos dos navios, à sua carga e características. Na realidade, a sua capacidade de adaptação é grande e isso pode ser observado na forma como têm respondido à actuação das diversas forças internacionais presentes na região.

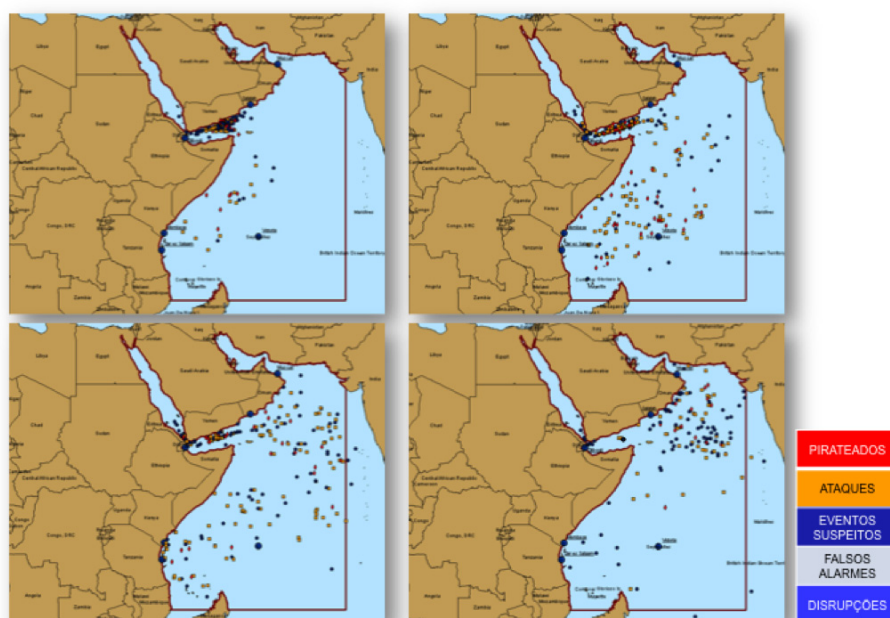


Figura 4 – Localização dos ataques piratas (Fonte: *European Union Naval Force -EUNAVFOR*)

O que é cada vez mais uma evidência é a ligação da actividade da pirataria ao crime organizado e ao braço armado da Al Qaida da Península Arábica, o Al Shabab. O lucro proveniente dos resgates contribui para o financiamento das suas actividades e a interrupção dos fluxos comerciais ocidentais contribui para a jihad económica que a Al Qaida empreendeu contra os Estados Unidos da América em particular e contra o ocidente em geral¹⁸.

¹⁵ Nesta altura, os resgates cifravam-se em verbas na ordem das dezenas ou centenas de milhares de dólares (Middleton, 2008). *Piracy in Somalia. Threatening global trade, feeding local wars*.

<http://www.chathamhouse.org/publications/papers/view/108900>

¹⁶ Tipicamente falamos em metralhadoras tipo AK47 e lança-granadas.

¹⁷ De acordo com o *International Maritime Bureau*, passam anualmente cerca de 25000 pelo Golfo de Áden, provenientes ou com destino ao Mar Mediterrâneo.

¹⁸ *Piracy and Terror in the Gulf of Aden*.

<https://www.10million.org/en/Piracy%20and%20Terror%20in%20the%20Gulf%20of%20Aden>

Todavia, na análise do fenómeno da pirataria nesta área do globo, a tragédia humana é a que sobressai. A principal vítima da pirataria tem sido sem dúvida a população Somali. À seca que teima em instalar-se ao longo dos anos, e ao conflito que perdura, acresce a dificuldade em alimentar milhões de pessoas, motivo que levou os navios do Programa Alimentar Mundial (PAM) em 2008 a providenciar ajuda alimentar, representando nos dias de hoje cerca de 90% da ajuda alimentar que chega ao território, numa média mensal de 30000 toneladas de alimentos.

3. Abordagem ao combate à pirataria.

a. Respostas face à ameaça. Organizações envolvidas

Face à ameaça que o fenómeno constitui e às implicações consequentes ao nível económico, humano e social, e embora cientes que o problema não se resolverá exclusivamente com atuação no mar, e que o regresso ao estado de normalidade na Somália é fundamental, com um governo estável e forte capaz de manter a paz e a segurança do seu povo, a resposta tem sido orquestrada de uma forma holística, a três níveis de atuação: através da utilização de forças navais internacionais, chamando à participação a indústria marítima – através do desenvolvimento e implementação de medidas de proteção, e por fim, ao nível legal.

No que diz respeito à intervenção das Marinhas de diversos Estados, quer inseridos em organizações como a NATO ou a União Europeia, quer sob a forma independente – caso da Rússia, China ou Índia, o esforço tem sido desenvolvido ao nível da dissuasão, disrupção e detenção de grupos e indivíduos suspeitos da prática do crime de pirataria, bem como da edificação das capacidades navais dos Estados vizinhos.¹⁹ Focando a nossa atenção nas missões da NATO e da UE, embora com objetivos diferentes, centram a sua atuação nas patrulhas – com particular incidência nas áreas de maior atividade de pirataria, apoiam a navegação mercante, de pesca e de recreio, intercetam e anulam a capacidade de atuação dos navios utilizados para a atividade de pirataria, escoltam navios do Programa Alimentar Mundial²⁰ (PMA) e, por fim, apoiam as Marinhas regionais na edificação das suas capacidades.

Não menos importante tem sido a participação de organizações internacionais como a União Africana (UA), a Organização Marítima Internacional (OMI) ou o PMA. A UA, cuja força de imposição de paz opera na Somália desde Janeiro de 2007 e que constitui a principal força de oposição ao Al Shabbab, a OMI, através da promoção das BMP's²¹ e de diversas iniciativas, como seminários e workshops²². No que diz respeito ao PMA, através dos seus navios tem sido responsável por transportar cerca de 90% da ajuda humanitária que chega à Somália, alimentando assim os 2 milhões de pessoas carenciadas²³.

Já ao nível da indústria marítima, o esforço tem sido na sensibilização da importância para a o adotar das BMP's por parte da navegação que cruza esta área do globo, bem como no patrocínio da implementação das BMP's nos navios, e no embarque de *Private Security Armed Companies* (PSAC).

¹⁹ Como sejam as ações de formação e treino desenvolvidas com as Marinhas da República das Seychelles, da Tanzânia, do Quênia, do Djibuti ou, até mesmo, da província autónoma de Puntlândia na Somália.

²⁰ Não faz parte da missão da NATO efetuar escoltas, estas são até ao momento efetuadas pela força da UE e pelas nações de forma independente.

²¹ As chamadas BMP – *Best Management Practice to Deter Piracy off the Coast of Somalia and in the Arabian Seas*, elaboradas por diversas entidades ligadas à indústria marítima e promovidas pela Organização Marítima Internacional.

²² A OMI promulga mensalmente relatórios com informação dos navios atacados e pirateados, o local e hora do ataque, consequências para o navio e tripulação (OMI. *Piracy and armed robbery against ships*. <http://www.imo.org/OurWork/Security/PiracyArmedRobbery/Pages/Default.aspx>

²³ De acordo com o PMA são cerca de 4 milhões as pessoas necessitadas, representando cerca de 50% da população Somali (WFP *Scaling Up To Meet Needs In Somalia*. <http://www.wfp.org/countries/somalia>)

Por último, ao nível jurídico, o esforço tem sido desenvolvido no estabelecimento de acordos de transferência e julgamento na sequência da detenção de indivíduos suspeitos da prática do crime de pirataria, como é o caso do existente entre a UE e a República das Seychelles, ou o recentemente celebrado com as Ilhas Maurícias. Neste capítulo peça fundamental tem sido, a tentativa em criar um ordenamento jurídico internacional capaz de acabar com o sentimento de impunidade que hoje se vive, ou a definição de procedimentos necessários na recolha de provas e testemunhos que permitam continuidade no processo legal, a regulamentação do emprego das PSAC, ou mesmo a legalidade dos resgates.²⁴

b. Postura de Portugal e demais países

Desde o início dos anos noventa que Portugal tem sido presença assídua em tudo o que são operações de cariz humanitário, as chamadas *operations other than war*, e fá-lo no âmbito dos compromissos assumidos nas diversas organizações produtoras de segurança, como é o caso das Nações Unidas e da NATO. Sem dúvida que esta presença tem reforçado o papel de Portugal como ator das relações internacionais e produtor de segurança.

Em Dezembro de 2008 a UE lança a sua primeira operação militar, a Operação ATALANTA. Esta posição pretende, por um lado mostrar a capacidade da UE em liderar uma operação militar²⁵, e por outro mostrar uma clara intenção perante os grandes armadores europeus de que a pirataria constituía uma prioridade na agenda da UE. Na realidade a UE²⁶ chamou a si, por ventura o papel mais importante neste cenário de calamidade, o das escoltas dos navios do PMA.

Por força do impacte que o fenómeno da pirataria tem na economia global – 90% do comércio europeu faz-se por via marítima e 20% do comércio global transita pelo Golfo de Aden, Portugal, uma vez mais respondeu afirmativamente e tem participado ativamente na Operação ATALANTA desde o início da mesma²⁷. De igual forma, Portugal tem sido presença assídua nas missões da NATO no Corno de África - Operação *Ocean Shield*, quer com meios navais, quer com aeronaves da Força Aérea Portuguesa – no caso as fragatas Álvares Cabral, Francisco D’Almeida e Côrte-Real, e a aeronave Lockheed P3-P.

Por parte dos restantes Estados da UE, é visível que existem posturas diferentes em relação à forma como participam na luta contra este flagelo. Existem aqueles que por força das fortes ligações à região no passado são presença constante – caso da França, Itália e Inglaterra. Não menos importante a presença daqueles que anseiam a sua aceitação na UE, como é o caso da Ucrânia, e que tem estado presente através do embarque de equipas militares de segurança nos navios do PMA e da AMISOM. E ainda o caso daqueles que, pelo menos aparentemente não têm interesses particulares na região mas pretendem mostrar a sua capacidade militar e a sua vontade em estar presente ao lado dos seus restantes parceiros, como é o caso da Finlândia, que tem contribuído com navios e com equipas militares de segurança.

²⁴ À data, encontram-se detidos 1045 piratas em 21 Estados e 9 em 10 dos suspeitos são libertados (Winkler, T, 2011. *Somalia Piracy 2011 Current Legal Challenges*. WMU International Conference. October 2011)

²⁵ É importante lembrar que em Dezembro de 2008 já a NATO, com a Operação *Ocean Shield* se encontrava a operar no Índico, assim como diversas nações independentes.

²⁶ A UE é o maior contribuinte na Somália. A estratégia da UE para a Somália 2008-2013 prevê um investimento de cerca de 216 milhões de euros. he Joint Strategy Paper for Somalia for 2008 – 2013 provides an allocation of EUR 215,8 million under the EC’s 10th European Development Fund (EDF) It covers three main sectors of cooperation: governance, education and rural development. The issue of the security of maritime routes is also included in the European Commission’s 2009-2011 indicative programme .

<http://www.mschoa.org/Pages/About.aspx>

²⁷ E tem-no feito através da participação com oficiais da Marinha de Guerra Portuguesa em estados-maiores internacionais, bem como com meios, no caso a fragata Vasco da Gama durante o período de 13 de Abril a 13 de Agosto no qual Portugal comandou a força tarefa da UE no Índico.

Por fim os Estados que, não estando integrados em nenhuma operação militar contribuem, de forma independente para o combate ao flagelo, como é, por exemplo o caso da Índia, da China, ou da Rússia.

Portugal pretende, por um lado marcar presença na região fazendo parte do esforço conjunto de erradicação do flagelo, e por outro continuar a utilizar o instrumento militar como ferramenta de política externa na cena internacional.

4. Conclusões

A pirataria no Índico afecta o nosso modo de vida? É necessário o empenho de Portugal no combate à pirataria? Como resolver o problema da pirataria?

Perante este flagelo estas são as perguntas que se nos colocam.

Considerando que 95% do comércio Europeu é feito por via marítima, 20% desse comércio transita pelo Golfo de Aden e que se estima que o impacto anual da pirataria na economia global se situa na ordem dos 12 mil milhões de dólares, podemos responder de forma afirmativa à primeira questão. Certamente que os 4185 marítimos atacados, bem como os 1090 marítimos feitos reféns no ano de 2010, contribuem de forma significativa para o sentido da resposta anterior. Senão vejamos: o sentimento de insegurança leva a maiores gastos em segurança, física ou armada, maiores gastos em recursos humanos e ao aumento nos prémios de seguro dos navios, significando um aumento do preço do transporte marítimo. Por outro lado, facilmente se compreende que a rota do Cabo não constitui, *de per se* uma alternativa, dado que implica incremento significativo do tempo de viagem e dos custos associados.

Durante o ano de 2011, o Conselho de Segurança da Nações Unidas produziu 6 resoluções sobre a situação da Somália. A última destas resoluções, datada de 22 de Novembro reconhece que a pirataria na costa da Somália representa um risco para: a entrega efectiva de ajuda humanitária na região; para a segurança dos marítimos que navegam naquelas águas; para a segurança das rotas marítimas; para a segurança da pesca; e para o cumprimento e respeito do direito internacional marítimo.

Portugal como actor no palco das relações internacionais, no âmbito dos seus deveres como parceiro de organizações internacionais que se afirmam produtoras de paz, tem participado ativamente nas diversas operações por estas lançadas e deve, uma vez mais responder ao apelo das Nações Unidas, contribuindo na medida do possível para a erradicação desta ameaça sob pena que se espalhe de forma incontrollável a outras zonas do globo, afetando de forma irreparável o comércio global.

As Nações Unidas apelam assim aos estados membros para contribuírem para uma aproximação abrangente a este problema, combatendo a pirataria no mar e alterando as suas legislações internas de forma a permitir o julgamento dos suspeitos piratas.

De todos os países e organizações que se encontram na Somália a combater a pirataria, a União Europeia é quem encara o problema de uma forma mais inteligente. Com uma aproximação holística ao problema da pirataria na Somália, contribuindo de forma neutra, imparcial e independente para o seu desenvolvimento a longo prazo, com programas na área da agricultura, das infra-estruturas básicas de saneamento, da saúde pública e da segurança. Desta forma será possível contribuir para um desenvolvimento sustentável e para a evolução do monopólio do uso da força por parte do estado.

Estamos a resolver ou como podemos resolver o problema da pirataria?

As estatísticas falam por si, apesar do montante envolvido nos resgates em 2011 ser de uma grandeza superior ao total de 2010 e da violência ter aumentado, o número de ataques diminuiu, e isso por força do esforço efectuado pelos meios navais essencialmente no *Internationally Recommended Transit*

*Corridor*²⁸ (IRTC). Muito pode ser ainda feito para melhorar o desempenho das forças navais, apesar da excelente coordenação entre forças que assistimos no GOA, certamente que uma missão estabelecida pela ONU colocando debaixo de um comando único as forças e nações independentes, poderá melhorar a coordenação de esforços e contribuir para que os óptimos resultados obtidos se espalhem a toda a Bacia da Somália.

²⁸ O IRTC foi um corredor de tráfego que foi criado em 2009 sob a égide da OMI e que permite aos navios que circulam no Golfo de Aden fazê-lo sob monitorização dos diversos navios de guerra e aeronaves que o patrulham.

5. Bibliografia

Bowden A. et al (2010). “*The Economic Cost of Maritime Piracy*”. *Working paper, One Earth Future*, Louisville,CO.

<http://oneearthfuture.org/images/imagefiles/The%20Economic%20Cost%20of%20Piracy%20Full%20Report.pdf>

Ferreira, P. (S/N). “Conflitos em África Guerras do Esquecimento: Causas e Natureza dos Conflitos na África Subsahariana “. *Estratégia nº15.11ºSemestre de 2001.IEEI*.

<http://www.ieei.pt/publicacoes/exemplar.php?exemplar=91>

Middleton, R. (2011). *Trends in Piracy: A Global Problem with Somalia at the Core*.

http://counterpiracy.ae/background_papers.html

Middleton, R. (2008). *Piracy in Somalia. Threatening global trade, feeding local wars*.

<http://www.chathamhouse.org/publications/papers/view/108900>

CIA – *The World Factbook*.

<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/so.html>

Interational Maritime Bureau

Maritime Piracy. United Nations Office on Drugs and Crime. June 2010.

www.unodc.org/documents/.../TOCTA_Report_2010_low_res.pdf

Piracy at Sea. The New York Times.2011

http://topics.nytimes.com/top/reference/timestopics/subjects/p/piracy_at_sea/index.html

Piracy and armed robbery against ships. International Maritime Organization.

<http://www.imo.org/OurWork/Security/PiracyArmedRobbery/Pages/Default.aspx>

Piracy and Terror in the Gulf of Aden .

<http://www.10million.org/en/Piracy%20and%20Terror%20in%20the%20Gulf%20of%20Aden>

Scaling Up To Meet Needs In Somalia. World food Progamme.

<http://www.wfp.org/countries/somalia>

Winkler,T. (2011). *Somalia Piracy 2011 Current Legal Challenges. WMU International Conference.October2011.*

<https://sites.google.com/a/wmu.se/icopas2011/home/icopas-2011-all-presentations>

African Hocaust

<http://www.africanholocaust.net/articles/Somalia%20Money%20and%20Civil>

Maritime Security Centre Horn of África

<http://www.mschoa.org/Pages/About.aspx>

Wikipedia

http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Divis%C3%A3o_da_Som%C3%A1lia.png